

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VITÓRIA APARECIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS

RELATO DE EXPERIÊNCIA:
A ABORDAGEM DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
DESENVOLVIDA EM PROINTER I E III

UBERLÂNDIA

2026

VITÓRIA APARECIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS

RELATO DE EXPERIÊNCIA:

**A ABORDAGEM DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
DESENVOLVIDA EM PROINTER I E III**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em História - Licenciatura. Orientadora: Profª. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

UBERLÂNDIA

2026

VITÓRIA APARECIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS

RELATO DE EXPERIÊNCIA:
A ABORDAGEM DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
DESENVOLVIDA EM PROINTER I E III

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em História - Licenciatura. Orientadora: Profª. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Marta Emisia Jacinto Barbosa (Orientadora)

Profª. Drª. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Profª Mestranda Isadora Bueno Silva

Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, resiliência e saúde que me guiaram ao longo da caminhada acadêmica.

Aos meus pais, Ederson e Lílían, que são a minha base para tudo. Obrigada pelo amor incondicional, por acreditarem em mim e por darem o suporte necessário para que eu pudesse trilhar este caminho com segurança.

Ao meu companheiro, Antônio, pelo apoio e por ser meu porto seguro. Obrigada por me compreender, ouvir meus desabafos e estar comigo em todos os momentos.

À minha sogra, Zilda, apoio e incentivo ao longo desta caminhada. Obrigada por torcer por mim, por contribuir para que esta conquista se tornasse possível.

Às minhas amigas, Mirella e Ranielly, por percorrerem todo esse caminho lado a lado comigo. Obrigada por tornarem a rotina mais leve. Sem o companheirismo de vocês, esta jornada teria sido muito mais difícil.

À minha orientadora, Prof.^a Marta, pelos direcionamentos durante a realização deste trabalho. Obrigada pela paciência, pelo incentivo e por acreditar no potencial desta pesquisa.

Aos professores do curso de História que cruzaram a minha trajetória e contribuíram para a minha formação acadêmica e humana.

A todos os demais que fizeram parte da minha jornada, torceram por mim e celebraram cada pequena vitória ao longo destes anos. O meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre as atividades desenvolvidas nas disciplinas de Projeto Interdisciplinar I e III, do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Uberlândia. O objetivo é refletir sobre a abordagem da História e da Cultura Indígena na Educação Básica, considerando a organização curricular proposta pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a utilização do livro didático e a produção de materiais pedagógicos complementares. Em PROINTER I, foi analisado o livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental, com atenção às representações dos povos indígenas e às habilidades previstas na BNCC. Em PROINTER III, foi elaborado o guia didático *Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático - um guia para integrar perspectivas indígenas na educação*, destinado a apoiar professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Ensino; Povos Indígenas; Criticidade; Currículo.

ABSTRACT

This study presents an experience report on the activities developed in the Interdisciplinary Project I and III courses of the Teacher Training Program in History at the Federal University of Uberlândia. Its objective is to reflect on the approach to Indigenous History and Culture in Basic Education, considering the curricular organization proposed by the National Common Core Curriculum (BNCC), the use of textbooks, and the production of supplementary teaching materials. In PROINTER I, the textbook *Estudar História: das origens do homem à era digital*, intended for the 7th year of Elementary School, was analyzed with particular attention to representations of Indigenous peoples and the skills established by the BNCC. In PROINTER III, the teaching guide *Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático - um guia para integrar perspectivas indígenas na educação* was developed to support teachers working in the final years of Elementary School.

Keywords: Teaching; Indigenous Peoples; Critical Thinking; Curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
SEILIC - SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DAS LICENCIATURAS.....	13
RELATO DA EXPERIÊNCIA PROINTER I.....	14
RELATO DA EXPERIÊNCIA PROINTER III.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
ANEXOS	24
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar as experiências que vivenciei nas disciplinas de PROINTER I e PROINTER III, cursadas na Licenciatura em História da Universidade Federal de Uberlândia. A disciplina de PROINTER I foi realizada no semestre 2022/2, entre os meses de março e junho de 2023. A disciplina de PROINTER III foi realizada no semestre 2023/2, entre os meses de janeiro e abril de 2024. Para isso, é importante compreender os caminhos construídos entre as atividades propostas por essas disciplinas, bem como sua importância para a formação docente.

A Resolução SEI Nº 32/2017, do Conselho Universitário ¹, dispõe sobre o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento Profissional da Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Definiu o PROINTER como componente curricular importante que articula o ensino, a pesquisa e a extensão na formação docente. (RESOLUÇÃO SEI Nº 32/2017, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO)

Com base na Resolução nº 9/2020, do Colegiado do Curso de Graduação em História - Uberlândia ², é possível compreender que o Projeto Interdisciplinar - PROINTER é um componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História da UFU. Sua proposta articula ensino, pesquisa e extensão, relacionando universidade, escola e prática docente. Nesse sentido, o PROINTER é formado como um espaço de iniciação à pesquisa na formação de professores, articulado teoria, metodologia e historiografia.

A organização do PROINTER no curso ocorre de maneira progressiva, sendo distribuída em quatro componentes curriculares: PROINTER I, PROINTER II, PROINTER III e PROINTER IV. Cada um desses componentes possui carga horária de 90 horas semestrais. Além deles, há o Seminário Institucional das Licenciaturas - SEILIC, com carga horária de 45 horas, destinado à apresentação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos ao longo das disciplinas de PROINTER. ³

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. Resolução SEI nº 32/2017: Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação. Uberlândia: UFU, 2017. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2017-32.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2026. p. 2

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução COLCOCHI nº 9/2020: PROINTER — Licenciatura. Uberlândia: UFU, 2020. Disponível em: https://www.inhis.ufu.br/system/files/conteudo/resolucao_colcochi_9-2020_-_prointer_-_licenciatura.pdf. Acesso em: 16 maio 2026. p. 2

³ Id. Ibid. p. 3

Para nortear a temática deste trabalho, é fundamental destacar a implementação da Lei nº 11.645/2008⁴ que representa um marco para a educação brasileira, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Ensino Fundamental e Ensino Médio, tanto públicos quanto privados.

Dessa forma, a experiência relatada neste trabalho envolveu três momentos principais. O primeiro, desenvolvido em PROINTER I, foi vivenciado pelo meu contato inicial com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e pela reflexão sobre seu papel e importância no ensino de História. O segundo momento foi marcado pela investigação e problematização da insuficiência de conteúdos relacionados aos povos indígenas no livro didático chamado *Estudar História: das origens do homem à era digital*. Por fim, já em PROINTER III, foi produzido o material de apoio intitulado *Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático - um guia para integrar perspectivas indígenas na educação*, destinado a professores da educação básica, com o intuito de contribuir com temáticas indígenas no processo de aprendizagem dos alunos. Com origem guarani, a expressão *pe'anga oiko'ê* evoca a mutabilidade do visível, a ideia de uma imagem que ganha movimento, um reflexo que se desloca ou uma representação que se altera.

A escolha deste tema está relacionada à necessidade de ampliar o debate sobre os povos indígenas na Educação Básica no ensino de História. Muitas vezes, esses povos são apresentados nos materiais didáticos associados ao passado colonial, sem o devido reconhecimento de sua diversidade, resistência, produção cultural e importância histórica. Nesse sentido, discutir a presença das temáticas indígenas é fundamental para construir uma educação mais crítica, para reconhecer e valorizar os sujeitos históricos e contribuir para uma abordagem histórica que investigue os vários sujeitos e experiências, assim como permita combater estereótipos.

⁴ BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A BNCC e a organização do currículo escolar

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC,⁵ é um documento brasileiro, normativo, que define as aprendizagens fundamentais dos estudantes de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no país. Suas bases legais estão relacionadas à Constituição Federal de 1988,⁶ a constituição cidadã, garantidora de direitos sociais, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996⁷. No entanto, sua consolidação ocorreu a partir das discussões educacionais intensificadas pelo Plano Nacional de Educação de 2014. A homologação da BNCC foi dividida em duas etapas, a primeira, referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, foi homologada no final de 2017; a segunda, referente ao Ensino Médio, foi homologada um ano depois, no final de 2018.

Na Educação Infantil, a BNCC é organizada por direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa etapa, a aprendizagem parte das experiências das crianças, tendo as interações e a brincadeira como eixos de estrutura.

No Ensino Fundamental, a BNCC é dividida em Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, e Anos Finais, do 6º ao 9º ano. Essa etapa é organizada por áreas do conhecimento e componentes curriculares. As áreas são: Linguagens, composta por Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa; Matemática, composta pelo componente Matemática; Ciências da Natureza, composta por Ciências; Ciências Humanas, composta por História e Geografia; e Ensino Religioso, composto pelo componente Ensino Religioso. Dentro de cada componente curricular, a BNCC apresenta competências específicas, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

No Ensino Médio, a BNCC é organizada em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, [2026]. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2026.

⁶ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2026.

⁷ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul. 2026.

Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, envolve conhecimentos relacionados à História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

BNCC História

Na etapa do Ensino Fundamental, a BNCC insere o componente de História na área de Ciências Humanas. Essa seção determina que o ensino de História deve partir da relação entre passado e presente, de forma que o conhecimento histórico seja construído por diferentes sujeitos e deve dialogar com questões do tempo atual. A BNCC destaca a importância do uso de diferentes fontes históricas, como documentos escritos, imagens, objetos materiais, registros orais e manifestações culturais, para desenvolver criticidade e conhecimento dos alunos.

A seção 4.4.2.2 da BNCC apresenta a organização do ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, estruturando os conteúdos em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Essa parte do documento destaca a importância da história da África, das culturas afro-brasileiras e indígenas, os saberes, experiências e produções históricas desses povos.

Livro didático

O livro didático é o material pedagógico utilizado no processo de ensino e aprendizagem que organiza conteúdos e atividades, que orientam parte do trabalho desenvolvido em sala de aula. A BNCC influencia diretamente a produção dos livros, por ser um documento normativo que define as aprendizagens fundamentais dos estudantes. Os livros didáticos distribuídos às escolas públicas passam pelo PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático, uma política pública executada pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pelo Ministério da Educação, destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma gratuita e regular às escolas participantes.⁸

Essa análise dialoga com Mota e Rodrigues (1999), eles afirmam:

⁸ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas do Livro - home. Brasília, DF: FNDE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 15 maio 2026.

Todo professor acaba, de uma forma ou de outra, tendo o livro didático como apoio para o seu trabalho. E este tem sido um dos canais mais utilizados para a manutenção dos mitos e estereótipos que povoam a história, o que torna-se preocupante quando se observa que o mesmo tem assumido a função de informar inclusive ao professor, o que acaba reforçando as ideias nele contidas e a visão, por parte dos alunos, do livro como única fonte digna de confiança.

9

Portanto, sempre que possível, o professor deve utilizar o livro didático de forma crítica, questionando e ampliando seus conteúdos, principalmente quando identifica ausências, generalizações ou abordagens superficiais sobre os temas.

História e Cultura Indígena - 4ª Edição

No ano de 2024 participei do Curso de Formação para Professores sobre História e Cultura Indígena - 4ª Edição, promovido pelo Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O curso foi realizado entre 10 de fevereiro e 13 de abril de 2024, com carga horária total de 60 horas. As aulas ocorreram online aos sábados e foram ministradas por diversos professores, palestrantes e lideranças indígenas, que se dedicaram à realização do curso. Ocorreu em parceria com o Grupo de Trabalho História e Culturas Indígenas da ANPUH-Goiás, a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e o curso de História da UFMS, Campus Pantanal.

No conteúdo programático, foram estudados temas como: os primeiros habitantes do Brasil; mudanças climáticas e povos indígenas; arte rupestre; história dos povos indígenas do Brasil Central; colonialismo; políticas indigenistas; tutela do Estado; literatura indígena; movimentos indígenas; interculturalidade crítica; decolonialidade; e a implementação da Lei nº 11.645/2008 nos livros didáticos.¹⁰

⁹ MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático “Toda a História”. História & Ensino, Londrina, v. 5, p. 41-59, out. 1999.

¹⁰ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Certificado de participação no Curso de Formação para Professores sobre História e Cultura Indígena – 4ª edição. Quirinópolis, GO: UEG, 28 maio 2024. 1 certificado.

SEILIC - SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DAS LICENCIATURAS

O SEILIC, Seminário Institucional das Licenciaturas da UFU, é um espaço em que os estudantes dos cursos de licenciatura compartilham os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de Projetos Interdisciplinares - PROINTER. Nesse ambiente, são apresentadas as experiências e produções construídas ao longo da formação.

Participei do XI - SEILIC, realizado no dia 10 de fevereiro de 2026. Na ocasião, decidi apresentar as experiências desenvolvidas no PROINTER I e no PROINTER III, que também fazem parte da reflexão construída neste trabalho. Na sala em que apresentei, havia apenas mais um estudante da licenciatura em História. Os demais participantes eram de outros cursos, como Artes, Biologia, Matemática, Letras - Português e Inglês, entre outros. O que possibilitou conhecer os projetos de estudantes de áreas da licenciatura diferentes da minha.

A participação no SEILIC me possibilitou compreender com mais clareza, quais aspectos da minha experiência no PROINTER eu gostaria de desenvolver no TCC. Ao organizar a apresentação, precisei refletir sobre o que gostaria de destacar, quais questões eram mais relevantes e de que forma poderia apresentar minha vivência. Dessa forma, foi fundamental para amadurecer a proposta deste trabalho.

RELATO DA EXPERIÊNCIA PROINTER I

O contato com a BNCC

A disciplina de PROINTER I foi realizada no semestre 2022/2, durante o 2º período do curso, entre os meses de março e junho de 2023, e ministrada pela Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa. Durante essa disciplina, tive meu primeiro contato mais sistemático com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, pois foi a primeira disciplina do curso de História voltada especificamente para a licenciatura.

No cronograma da disciplina, a BNCC foi trabalhada como uma atividade prática, articulada às discussões sobre pesquisa e ensino. Ao longo do PROINTER I, pude conhecer melhor a origem da BNCC, sua função e sua importância para a organização da Educação Básica. Até então, eu não compreendia de forma aprofundada como os currículos escolares eram definidos. Durante meus anos de estudo na educação básica, a BNCC ainda não era o documento de referência utilizado atualmente, e o currículo não era organizado por um único documento com habilidades definidas para cada etapa e ano escolar.

Antes da BNCC, a organização curricular era orientada por documentos como a LDB,¹¹ as Diretrizes Curriculares Nacionais¹² e os Parâmetros Curriculares Nacionais.¹³ No entanto, só passei a compreender essa trajetória e a importância desses documentos durante minha formação no curso de História.

¹¹ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

¹² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.

¹³ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-terceiro-e-quarto-ciclos-do-ensino-fundamental-introducao-aos-parametros-curriculares-nacionais/>. Acesso em: 16 maio 2026.

A análise do livro didático

O trabalho de análise do livro didático foi proposto pela professora Marta Emísia, na disciplina de PROINTER I. Desenvolvido em grupo, juntamente com as alunas Beatriz Castilho, Mirella Marchini, Ranielly Silva e por mim, a atividade foi desenvolvida em algumas etapas. Primeiro, fomos ao LEAH - Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, da Universidade Federal de Uberlândia, onde escolhemos o livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*, da autora Patrícia Ramos Braick, destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental.¹⁴ Em seguida, realizamos a leitura do material, pesquisamos suas informações editoriais e comparamos seu conteúdo com as habilidades previstas na BNCC para o ensino de História.

A partir dessa análise, o grupo discutiu se a abordagem sobre os povos indígenas era satisfatória ou se apresentava limitações. Depois, cada integrante ficou responsável por uma parte do livro em que abordava os povos indígenas (quatro páginas), identificando ausências, e generalizações. Por fim, organizamos os resultados em uma apresentação de slides, na qual cada uma apresentou suas reflexões e problematizações sobre o material analisado.

A minha contribuição foi analisar a descrição do contato entre indígenas e colonizadores, tratado como um "primeiro encontro pacífico e amistoso",¹⁵ uma abordagem que minimiza os conflitos e as formas de resistência dos povos indígenas diante da chegada dos europeus. Para ampliar essa reflexão, trouxe uma imagem que retratava um conflito envolvendo indígenas, justamente para mostrar que esse processo histórico não pode ser compreendido pela ideia de harmonia, deve evidenciar as disputas, imposições e resistências presentes na colonização.

¹⁴ BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História: Das origens do homem à era digital*. 2. ed, São Paulo. Moderna, 2015, p.140-144.

¹⁵ *Ibid.*, p.140.

Figura 1 - Resistência Indígena na História do Brasil



Fonte: Johann Moritz Rugendas – MultiRio

<https://multi.rio/index.php/noticias/17165-resist%C3%A2ncia-ind%C3%ADgena-na-hist%C3%B3ria-do-brasil>

Para o grupo, a imagem de Rugendas causa impacto ao expor visualmente a realidade do choque colonial. Ela é fundamental para discutir os conceitos de violência e resistência, mostrando que o processo de colonização gerou enfrentamento, e não passividade indígena. A força dessa obra é tamanha que, sozinha, ela é suficiente para estruturar o debate de uma aula inteira, servindo de ponto de partida para analisar a falta de harmonia do conflito e a agência dos povos originários em sua defesa e do território.

De modo geral, nas nossas análises foi identificado pouca valorização da diversidade nativa, embora o livro mencione a existência de mais de mil povos no território brasileiro, com milhões de pessoas e ampla variedade linguística, a discussão sobre essa pluralidade não é aprofundada. Considerando essa análise, Caleffi (2003, p. 21) afirma:

Sob a categoria "indígena", como dissemos, encontram-se diferentes grupos étnicos, diferentes tanto entre si, como das sociedades nacionais, os quais reivindicam parte de seus direitos baseados no princípio dos "Direitos Originários", desta forma o que inicialmente foi uma classificação identitária atribuída pelo colonizador, passou a ser uma categoria de luta e uma identidade que, de atribuída tornou-se politicamente operante, justamente por somar sob

uma única classificação grupos étnicos diferenciados, que tiveram nesta soma, sua força aumentada.¹⁶

Também foi analisado ausências no tratamento de temas da colonização, como o escambo, a exploração da mão de obra, as missões jesuíticas e a escravização indígena. Na página dedicada à "vida dos indígenas do Brasil", a obra cita pouca variedade de povos e aborda seus costumes e tradições de maneira genérica. Da mesma forma, temas contemporâneos como autodeclaração, terras indígenas, demarcação territorial e o marco temporal, aparecem de forma superficial ou são negligenciados.

Ao tratar com suavidade o impacto da invasão europeia, o livro negligencia a violência do processo colonial e, principalmente o protagonismo e as estratégias de resistência dos povos originários. Esse posicionamento compromete o desenvolvimento das habilidades EF07HI09, EF07HI10 e EF07HI12 da BNCC, previstas na BNCC, que propõem, a análise dos impactos da colonização europeia sobre as populações ameríndias e de suas formas de resistência; a análise de diferentes interpretações, com base em documentos históricos, sobre as sociedades americanas no período colonial; e a identificação da distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando sua diversidade étnico-racial e étnico-cultural. Além disso, ao não aprofundar a diversidade de povos, línguas e territórios, o livro falha em cumprir a diretriz normativa de reconhecer a pluralidade étnico-cultural brasileira, e a relevância dessas populações no presente.

¹⁶ CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, 7, p. 20-42, 2003.

RELATO DA EXPERIÊNCIA PROINTER III

Proposta pedagógica e curso de formação de professores

A disciplina de PROINTER III foi realizada no semestre 2023/2, durante o 4º período do curso, entre os meses de janeiro e abril de 2024, e foi ministrada pelo Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira. Para essa disciplina, o professor propôs o desenvolvimento de atividades por meio de diálogos e oficinas discutindo a BNCC, o ensino de História, e projeto de extensão.

O projeto de extensão produzido se relaciona com a experiência desenvolvida em PROINTER I. Naquela disciplina, realizamos a análise de um livro didático, apontando problemas na abordagem sobre os povos indígenas, principalmente no que se refere às ausências e generalizações no material. Já em PROINTER III, avançamos da problematização para a construção de uma proposta pedagógica, produzindo um material de apoio destinado aos professores, com o objetivo de oferecer suporte para além do uso exclusivo do livro didático.

A principal proposta da disciplina foi a construção de um projeto de extensão. Nesse mesmo período, estava sendo realizado o Curso de Formação para Professores sobre História e Cultura Indígena - 4ª Edição, promovido pelo Curso de História da Universidade Estadual de Goiás. A partir desse contexto, a professora Me. Gabriella Carvalho Motta que foi aluna de Mestrado do professor Gustavo Oliveira, propôs a ele que desenvolvêssemos uma atividade vinculada à turma de PROINTER III, pois, para a conclusão do curso de formação, era necessária a realização de um trabalho de extensão. Assim, eu e Ranielly Silva, que também éramos alunas do curso de formação para professores, nos juntamos à professora Gabriella para desenvolver esse trabalho externo, que passou a dialogar tanto com as exigências do curso quanto com a proposta da disciplina de PROINTER III.

A produção do material de apoio

O guia didático, intitulado *Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático - um guia para integrar perspectivas indígenas na educação*, foi produzido como resultado de um projeto de extensão desenvolvido pela Turma 49 do curso de História. O material tem como objetivo

oferecer suporte aos professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental na abordagem da história e cultura dos povos indígenas.

A produção do guia didático contou com a participação coletiva de diferentes integrantes da turma, envolvendo a escrita dos textos, a seleção de fontes, a elaboração de propostas pedagógicas, a organização visual e a orientação do projeto. Entre os participantes estiveram: Erica Evangelista, Henrique Lustosa, Maria Santos, Maria Silva, Marcus Rocha, Priscilla Oliveira, Sara Sousa, Gabriel Napolis, Ester Nunes, Fernanda Fernandes, João Ferro, Marlon Queiroz, Michel Carvalho, Loana Vasconcelos, Sabrina Blasio, Sara Sousa, Vitoria Souza, Isabela Oliveira, Luis Jesus, Everaldo Junior, João Ribeiro, Thais Campos, Ana Dutra, Felipe Resende, Carlos Filho, Bruno Gomes, Emerson Júnior, Ranielly Silva, Mirella Marchini, e eu.

O trabalho foi desenvolvido sob orientação do professor Gustavo Oliveira, com auxílio da professora mestranda Gabriella Motta, e cada parte do material buscou apresentar possibilidades de abordagem em sala de aula, relacionando conteúdos históricos, fontes, textos, sugestões metodológicas e habilidades da BNCC. Entre os temas abordados no material, estão discussões sobre a presença dos povos indígenas nos livros didáticos, a Constituição de 1988, a BNCC, a Lei nº 11.645/2008, o PNLD, a ditadura militar, a resistência indígena por meio da arte, a diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros e as relações interétnicas.

A minha participação ocorreu na produção do texto “Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil”, no qual abordei o Reformatório Krenak e a Guarda Rural Indígena. Nessa parte, trazendo uma imagem do filme “Arara” de Jesco Von Puttmaker busquei apresentar como, durante a Ditadura Militar, os povos indígenas também foram alvo de repressão, violência e controle.

Localizado no município de Resplendor, em Minas Gerais, o Reformatório Krenak operou na prática como um centro de detenção arbitrária e campo de concentração. Para lá eram enviados indígenas de diversas etnias de todo o país rotulados pelas autoridades como "rebeldes", "inadaptados" ou "desordeiros", muitas vezes por defenderem suas terras contra a invasão de fazendeiros ou por se recusarem ao trabalho compulsório. No local, os detidos eram submetidos a encarceramento, trabalhos forçados, agressões e torturas, além de serem proibidos de praticar seus costumes e de falar suas línguas maternas.

Paralelamente, a criação da Guarda Rural Indígena visava convocar e também capturar a juventude indígena para atuar como braço armado do Estado dentro das próprias comunidades. Recrutados e treinados sob rígida doutrina militar, esses jovens eram preparados para policiar suas aldeias e vigiar os detentos no Reformatório. Essa estratégia de militarização burocrática buscava fragmentar as lideranças comunitárias e enfraquecer a organização tradicional dos povos. O nível de violência dessa política ficou simbolizado na formatura da GRI em 1970, quando recrutas realizaram uma demonstração pública de técnicas de tortura, como o pau de arara, diante de autoridades civis e militares. A proposta da atividade foi contribuir para que professores pudessem trabalhar esse tema em sala de aula, relacionando imagens, para basear discussões sobre a resistência indígena, autoritarismo e memória.

A equipe reuniu-se e dividiu-se em subgrupos, nos quais cada grupo assumiu a responsabilidade por investigar e desenvolver uma temática específica ligada à História e Cultura Indígena. Houve liberdade de escolha quanto aos recortes temáticos, o que permitiu que cada integrante aprofundasse aspectos de sua escolha envolvendo questões indígenas. A produção do guia contou com diferentes formas de participação entre os integrantes da turma. Além da elaboração dos textos e das propostas de atividades, houve uma preocupação com a identidade visual e com a apresentação do material. Nesse processo, Bruno Gomes, Emerson Júnior, Mirella Marchini e Ranielly Silva ficaram responsáveis pela parte artística e pela diagramação do guia. A Ranielly também trouxe como sugestão o título "Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático", ideia que foi acolhida pela turma por representar a proposta do projeto: construir um material que ultrapassasse os limites do livro didático apresentando outras possibilidades de abordagem.

Ao produzir esse texto, busquei contribuir com o guia didático ao incluir uma abordagem sobre as experiências dos povos indígenas durante a Ditadura Militar, temática que muitas vezes recebe pouca atenção nos materiais escolares. A partir da pesquisa sobre o Reformatório Krenak e a Guarda Rural Indígena, selecionei fontes, imagens e propostas pedagógicas que auxiliam a discutir conceitos fundamentais como repressão, violência e resistência indígena. Além disso, a preocupação em alinhar essa discussão à habilidade EF09HI21 da BNCC garantiu que o material fosse prático e aplicável ao cotidiano de turmas do 9º ano. Dessa forma, o material se aproxima do objetivo de apoiar o trabalho docente, abrindo espaço para debates críticos.

Contribuições do material para a prática docente

Embora o material tenha sido produzido com o objetivo de contribuir para a prática docente e oferecer suporte aos professores da Educação Básica, especificamente ao Ensino Fundamental anos finais, ao contemplar a habilidade EF09HI21 ¹⁷ da BNCC ("Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura") na minha experiência não foi possível realizar sua aplicação em uma escola. Dessa forma, a contribuição do guia, neste relato, é analisada a partir de sua elaboração enquanto proposta pedagógica, e não a partir de resultados obtidos diretamente em sala de aula.

A aplicação do guia didático no ambiente escolar seria uma etapa importante para avaliar sua efetividade na prática. Embora o material tenha sido construído e debatido no âmbito universitário, sua utilização em sala de aula permitiria compreender como os estudantes receberiam as atividades, os conteúdos e as propostas apresentadas. Essa experiência possibilitaria observar o nível de interesse, participação e compreensão dos alunos, além de identificar possíveis dificuldades que precisariam ser adaptados.

Ainda assim, considero que a produção foi significativa para minha formação docente, pois permitiu transformar as problematizações feitas anteriormente sobre o livro didático em um material de apoio pensado para auxiliar professores no trabalho com a História e Cultura Indígena. Portanto, a importância dessa experiência está no processo de criação, pesquisa e seleção de conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o objetivo foi refletir sobre como a História e a Cultura Indígena aparecem nos livros didáticos, identificando o que funciona, o que é insuficiente e como podemos contribuir com esse ensino na escola. A partir das análises e da criação do guia didático, ficou evidente que ensinar esse tema exige um olhar crítico sobre os conteúdos e as

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. p. 427. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2026.

imagens que chegam até os alunos. Por isso, estas considerações finais resgatam os principais aprendizados dessa jornada, principalmente sobre a formação de professores, o currículo, a BNCC, o uso do livro didático e a importância de ir além dele, buscando outras fontes e materiais na hora de planejar as aulas.

Um dos maiores aprendizados dessa trajetória começou ainda em PROINTER I, com o estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Antes de vivenciar essa disciplina, eu não compreendia de forma clara como a organização curricular funcionava e nem enxergava a BNCC como o currículo normativo que ela é. Essa aprendizagem modificou a maneira como passei a observar o planejamento escolar e a atuação do professor, pois compreendi que é preciso realizar escolhas, estabelecer objetivos e selecionar diferentes estratégias e materiais de acordo com as necessidades dos estudantes.

Compreender esse papel do professor foi um divisor de águas: permitiu-me perceber que o livro didático não deve ser o único material didático da sala de aula, ele é um dos instrumentos pedagógicos de apoio. Cabe ao professor assumir o protagonismo, questionando as ausências do livro e propondo novos caminhos. Essa percepção crítica se concretizou em PROINTER III com a produção do guia didático *“Pe'anga oiko'ê: Além do livro didático”*. Com a elaboração desse projeto, pude aprender, na prática, o desafio que existe no trabalho de pesquisa, e na seleção cuidadosa de fontes históricas.

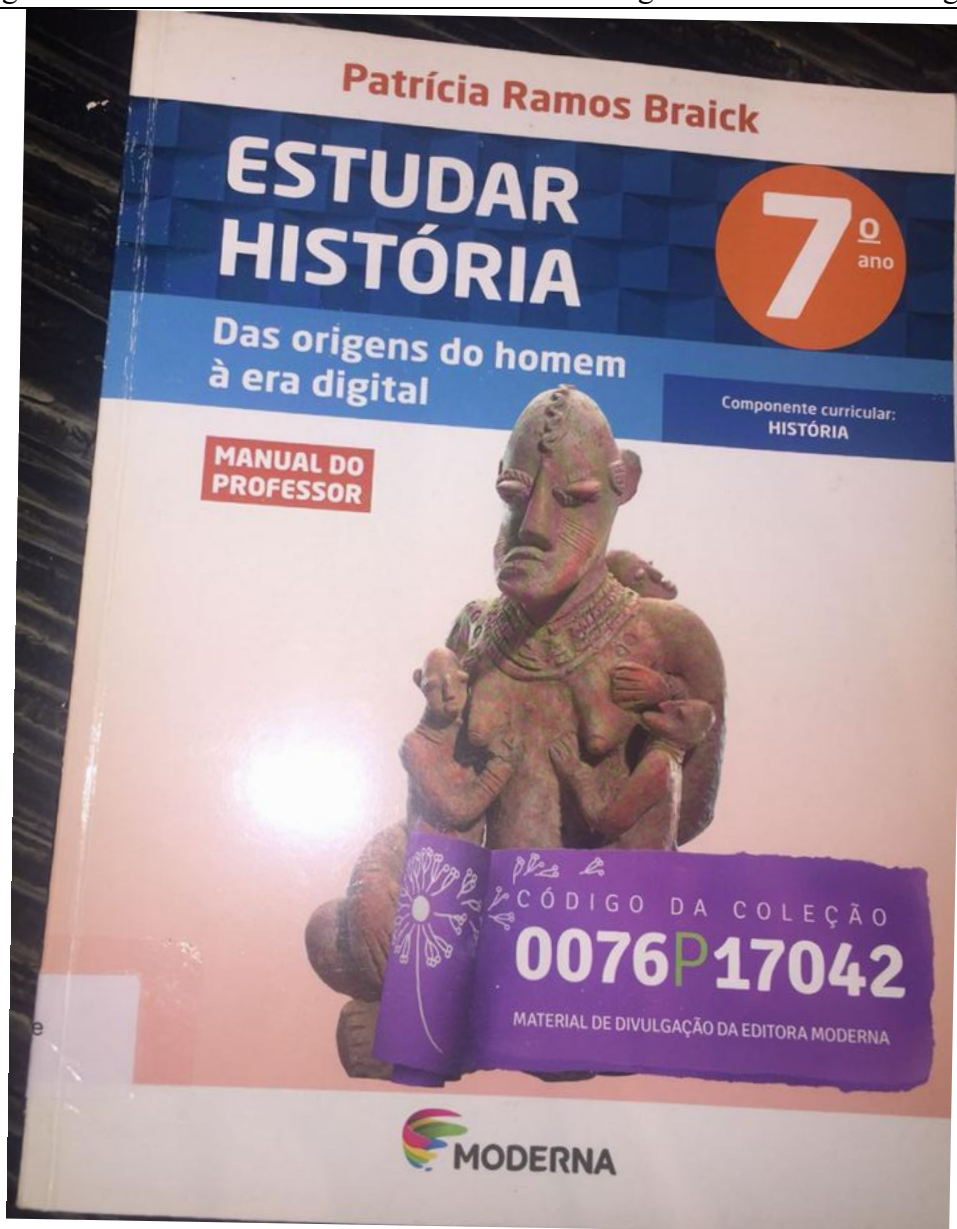
Escrever o capítulo focado nas detenções ilegais de indígenas durante a Ditadura Militar e propor reflexões a partir de imagens de impacto me ensinou que a história indígena não pode ficar restrita ao passado colonial genérico. Ela é viva, envolve repressão, mas também muita luta, agência e resistência que precisam ser levadas a sério no ambiente escolar.

Paralelamente a esse processo, minha compreensão sobre a Lei 11.645/2008 passou por uma transformação. Inicialmente, a aplicação da lei parecia significar apenas a inclusão pontual dos "povos indígenas" enquanto tema ou categoria genérica. Contudo, ao longo da pesquisa e da construção do guia, percebi o deslocamento fundamental dessa abordagem para a dimensão mais abrangente da "História e Cultura Indígena". Compreender essa diferença significou reconfigurar minha visão pedagógica: não se trata de apenas citar a presença indígena, mas de abordar suas dinâmicas socioculturais, seus saberes, suas lutas políticas e sua agência histórica ao longo do tempo, combatendo visões restritas ao passado colonial.

Dessa forma, concluo que as experiências desenvolvidas em PROINTER I e PROINTER III foram fundamentais para a minha formação docente, pois me permitiram compreender de maneira mais ampla a relação entre currículo, materiais didáticos e prática pedagógica. A análise do livro e a construção do guia mostraram que o ensino de História e Cultura Indígena exige pesquisa, criticidade e compromisso com abordagens que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos diversos e atuantes. Mesmo sem a aplicação do material em uma escola, sua elaboração representou um importante exercício de planejamento e reflexão sobre a docência. Assim, este percurso reforçou a necessidade de uma atuação docente atenta às limitações dos materiais utilizados e comprometida com a construção de um ensino de História mais plural, responsável e capaz de combater silenciamentos e estereótipos.

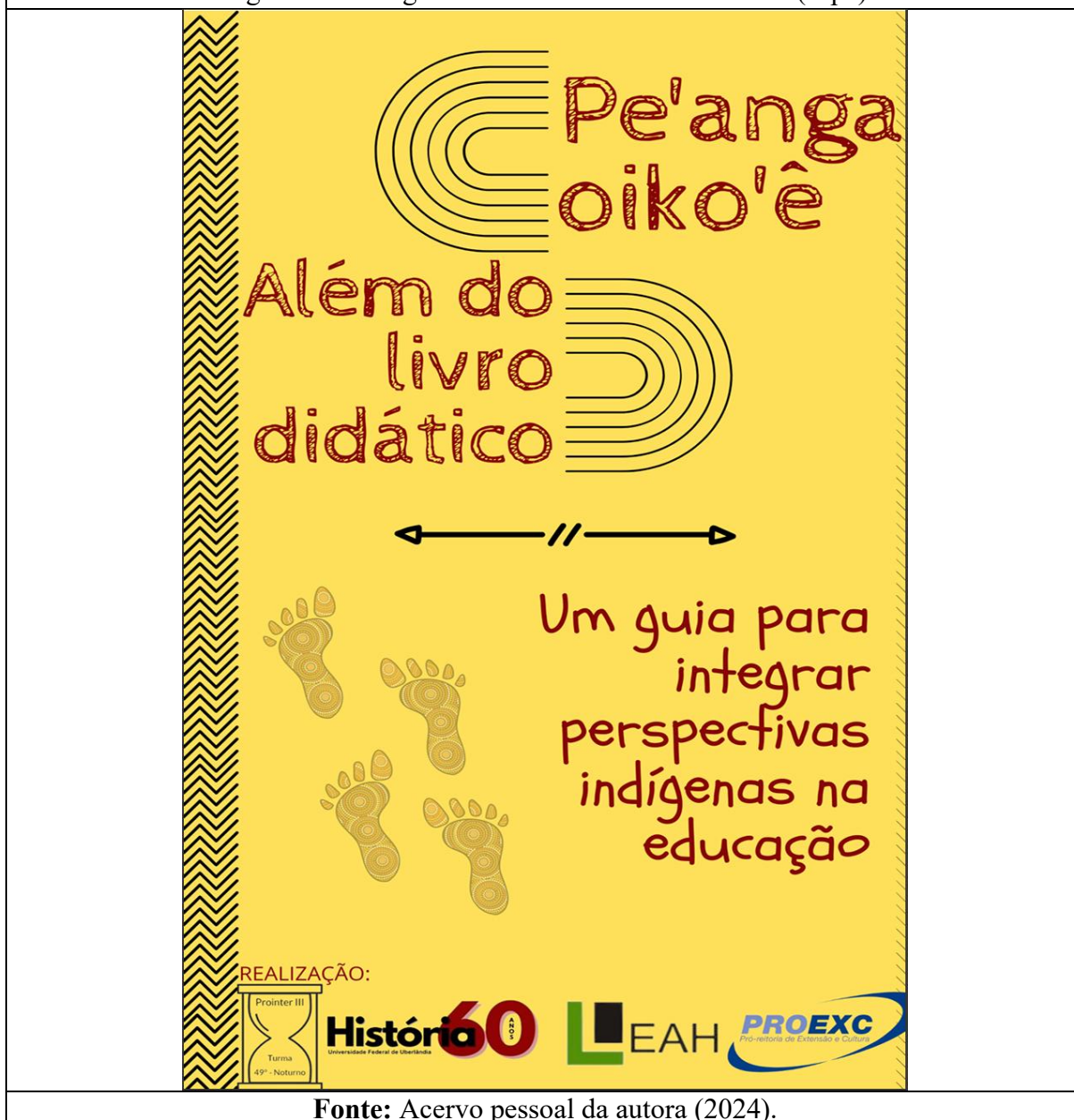
ANEXOS

Figura 2 - Livro didático: Estudar História - Das origens do homem à era digital



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Figura 3 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático (capa)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Figura 4 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático (sumário)

Sumário	
Os povos indígenas no livro didático	3
A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO	4
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	7
A Lei nº 11.645/2008 - Um caminho de possibilidades na Educação: O Ensino de História na descolonização das culturas dos povos indígenas	8
Do Programa Nacional do Livro e do Material Didático	10
O Plano de Integração Nacional do General Médici	14
Resistência Indígena Através de Manifestações Artísticas	18
A resistência dos povos indígenas no Golpe de 1964	25
Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil	31
Diversidade Cultural dos Povos Indígenas Brasileiros	35
Maternidade e relações interétnicas	42

2

Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Figura 5 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil

Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil



Vitoria Aparecida
Albuquerque dos
Santos

Imagem 1 - Famílias do povo Krenak na Fazenda Guarani, por volta da década de 1970. Foto: Ligia-Simonian/Conselho Indigenista Missionário (Cimi)¹³

O Reformatório Krenak, foi criado em 1969, durante a ditadura militar no Brasil, localizado no município de Resplendor – MG, foi uma espécie de prisão para indígenas “rebeldes” de todo o país. Os motivos das detenções: brigas com autoridades policiais, sair sem permissão das terras indígenas, alcoolismo e outros “crimes”. Esses indígenas eram submetidos a trabalhos escravos para manter o funcionamento dessa prisão, carregar peso, cozinhar, capinar eram alguns dos trabalhos que eram forçados a desempenhar. Caso esses indígenas presos desobedecessem as ordens, sofriam punições, castigos e torturas, eram privados de alimentação e agredidos. O Reformatório Krenak funcionou até 1972 no local de origem, após isso, foi deslocado para Fazenda Guarani, Carmésia-MG.¹⁴

¹³ Fonte: <https://cimi.org.br/2024/04/apos-anistia-povos-krenak-e-guarani-kaiowa-cobram-demarcacao-como-forma-de-reparar-violacoes-na-ditadura/#:~:text=Caso%20Krenak&text=Nesse%20mesmo%20contexto%2C%20foi%20criada,e%20assassinat%20cometidos%20por%20militares>.

¹⁴ Itaú Cultural. Reformatório Krenak (2016). Youtube, 08 de novembro de 2016. 18min06s. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo&t=180s>. Acesso em: 06 de abril de 2023.



Figura 6 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático
Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil (1ª continuação)

A Guarda Rural Indígena (GRI) foi estabelecida em 1969, durante a Ditadura Militar no Brasil, em teoria, era a formação de equipes indígenas para agir a favor da segurança, combater ameaças externas, invasões de terras e conflitos com garimpeiros. A realidade é que a maioria dos integrantes foram recrutados a forçados e/ou enganados. Os resultados foram diversos conflitos internos indígenas, no qual essa Guarda agiu com violência e abusos com outros indígenas.¹⁵

Figura 2 - Cena do filme "Arara" de Jesco Von Puttmaker – Foto: Reprodução / MPF-MG¹⁶



¹⁵ LOPES, Victor. Reformatório Krenak: Campo de concentração indígena na ditadura militar. **Clio História e Literatura**, 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 06 de abril de 2024.

¹⁶ Fonte: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=153701> Imagem retirada do filme Arara, produzido por Jesco Von Puttkamer em fevereiro de 1970, não há informações sobre quem possa ter registrado a imagem.

**Figura 7 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático
Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil (2ª continuação)**

Essa imagem é uma representação da formatura da 1ª turma da Guarda Rural Indígena, na qual, durante o desfile, um indígena foi exibido pendurado num pau de arara sendo levado por outros indígenas.¹⁷

As imagens utilizadas, podem ser empregues em aulas que discutam a ditadura e os povos indígenas. A habilidade (EF09HI21) da BNCC do 9º ano do Ensino Fundamental diz: Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.¹⁸ Portanto, as imagens utilizadas contemplam a habilidade prescrita na BNCC e a partir de discussões contribuem para formação crítica do aluno.

Sugestões de abordagem: Inicialmente pode ser feito uma contextualização histórica com alguns eventos que envolvam os indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil, destacando o autoritarismo e a repressão sofridos por esses povos. Em um segundo momento, pode ser apresentado os recursos visuais trazidos e outros, como o documentário: Reformatório Krenak (2016), que pode ser acessado a partir do link: <https://youtu.be/Qpx8nKVXOAo?si=N0ulq6pFLMM8ev0L>, sendo assim, promoverá conhecimento, e uma visão crítica e empática, e por fim apresentar e discutir as resistências indígenas durante esse período.

¹⁷ MPF em Governador Valadares denuncia chefe da antiga Guarda Rural Indígena por genocídio contra o Povo Krenak. **Aconteceu no Vale**, 2019. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=153701>. Acesso em: 06 de abril de 2024.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 431



**Figura 8 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático
Detenções ilegais indígenas durante a Ditadura Militar no Brasil (3ª continuação)**

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 431

Itaú Cultural. Reformatório Krenak (2016). Youtube, 08 de novembro de 2016. 18min06s. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo&t=180s>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

LOPES, Victor. Reformatório Krenak: Campo de concentração indígena na ditadura militar. Clio História e Literatura, 2021. Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 06 de abril de 2024.

MPF em Governador Valadares denuncia chefe da antiga Guarda Rural Indígena por genocídio contra o Povo Krenak. Aconteceu no Vale, 2019. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=153701>. Acesso em: 06 de abril de 2024.



Figura 9 - Pe'anga oiko'ê - Além do livro didático (contracapa)



Como devemos abordar a temática indígena? Quais fontes podemos utilizar? Há recursos e ferramentas mais adequadas? Perguntas como estas e outras podem surgir entre a comunidade de professores da Educação Básica ao terem de trabalhar com a temática indígena em sala de aula. Desde a promulgação da Lei nº 11.645/2008, os profissionais do Ensino Fundamental e Médio tiveram de readequar suas próprias demandas de ensino-aprendizagem e também dos estudantes sobre a Cultura e a História Indígena. Diante deste cenário, muitos enfrentaram dificuldades em encontrar recursos e metodologias ativas para trabalharem o assunto junto de suas turmas. Pensando em contribuir com o enfrentamento destes dilemas, os estudantes da turma de PROINTER III da graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação do professor Dr. Gustavo de Souza Oliveira e auxílio da professora Me. Gabriella Carvalho Motta produziram um guia didático indígena para ser utilizado em sala de aula pelos próprios graduandos e também demais profissionais da área ou correlatas que tenham o desejo de abordarem o assunto através de uma perspectiva decolonial de ensino. A proposta do guia nasceu de uma ação conjunta extensionista entre a universidade e a atividade prática do Curso de História e Cultura Indígena da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Profª Me. Gabriella Carvalho Motta



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Figura 10 - Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI)

Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI)

AtualArquivosSobre

Início / Acervo /
v. 3 n. 1 (2024): Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI): Autodeterminação dos povos originários no Brasil: desafios atuais e futuros
/
Relato de Experiência

Guia de Material Indígena:

uma proposta prática sob a perspectiva decolonial

Gabriella Carvalho Motta

Universidade Federal de Uberlândia

Ranielly Cristina Barbosa Silva

Universidade Federal de Uberlândia.

Vitória Aparecida Albuquerque dos Santos

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Palavras-chave:

Guia de Material Indígena, Decolonial, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História.

Resumo

Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI)



Edição N. 01, Vol. 03, 2024

Editores:
Ordália Cristina Gonçalves Araújo
Antônio Augusto Oliveira Gonçalves
Luana Cristina da Silva Campos
Patrícia Marcelina Loures



Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Fonte: Portal de Anais de Eventos UEG – Universidade Estadual de Goiás

<https://multi.rio/index.php/noticias/17165-resist%C3%A2ncia-ind%C3%ADgena-na-hist%C3%B3ria-do-brasil>

REFERÊNCIAS

- BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História: Das origens do homem à era digital*. 2. ed, São Paulo. Moderna, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2026.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programas do Livro - home*. Brasília, DF: FNDE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 15 maio 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 maio 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”*. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, [2026]. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 16 maio 2026.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-terceiro-e-quarto-ciclos-do-ensino-fundamental-introducao-aos-parametros-curriculares-nacionais/>. Acesso em: 16 maio 2026.
- CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, 7, p. 20-42, 2003.
- CASTILHO, Beatriz de Moura B.; MARCHINI, Mirella; SILVA, Ranielly Cristina B.; SANTOS, Vitória Ap. A. A influência do eurocentrismo na educação do Brasil: povos originários, BNCC e o 7º ano. 2023. Trabalho final da disciplina Projeto Interdisciplinar I — PROINTER I. Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Arquivo em PDF.
- MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático “Toda a História”. *História & Ensino*, Londrina, v. 5, p. 41-59, out. 1999.
- MOTTA, Gabriella Carvalho; SILVA, Ranielly Cristina Barbosa; SANTOS, Vitória Aparecida Albuquerque dos. *Guia de Material Indígena: uma proposta prática sob a perspectiva*

decolonial. Anais da Semana dos Povos Indígenas (SPI), [S. l.], v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/spi/article/view/16305>. Acesso em: 17 jun. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Certificado de participação no Curso de Formação para Professores sobre História e Cultura Indígena – 4ª edição. Quirinópolis, GO: UEG, 28 maio 2024. 1 certificado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho Universitário. Resolução SEI nº 32/2017: Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação. Uberlândia: UFU, 2017. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2017-32.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2026. p. 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Resolução COLCOCHI nº 9/2020: PROINTER — Licenciatura. Uberlândia: UFU, 2020. Disponível em: https://www.inhis.ufu.br/system/files/conteudo/resolucao_colcochi_9-2020_-_prointer_-_licenciatura.pdf. Acesso em: 16 maio 2026. p. 2.